

2.

Consórcio Regional CampusNet Amazônia e a Universidade do Estado do Pará: o contexto e o local da pesquisa

Nessa seção, apresentamos as experiências e trajetórias da EAD em seu processo de inserção no ensino superior voltada à formação de professores na Amazônia, no qual iniciamos com dados para a compreensão dos desafios da inserção da modalidade na educação superior no Estado do Pará, por meio das ações do Consórcio Regional CampusNet Amazônia. Salientamos que nosso posicionamento pretende apontar ações que não tenham a finalidade de competir com o ensino presencial ou que a referida modalidade seja capaz de resolver os problemas educacionais, mas como a possibilidade de convergir para consolidá-la como política pública de formação inicial e continuada de professores voltada para inclusão social.

A trajetória da Educação a Distância no Brasil não é recente como muitos supõem, embora tenha tido maior evidência a partir da implantação da Lei nº. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, apontando em seu artigo 80, a responsabilidade ao poder público em incentivar o desenvolvimento e veiculação de programas de ensino a distância, assim como:

§ 1º. A educação à distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativo a cursos de educação à distância.

§ 3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Regulamentada pelo Decreto nº. 5.622/05, de 20 de dezembro de 2005, a educação a distância é caracterizada:

como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A partir de sua regulamentação, percebemos o esforço do Governo Federal, principalmente nos últimos seis anos, em expandir as ações para a democratização do acesso ao ensino e para a qualificação de profissionais, que demonstram a clara intenção de investimento em formação continuada por meio da Educação a Distância no país.

A experiência brasileira da EAD na Educação Superior, com os recursos das Tecnologias da Informação e da Comunicação, iniciou-se na década de 1990 e se encaminhou no sentido de aproximar e facilitar a participação, em atividades educacionais, dos alunos que não poderiam se deslocar de suas residências e ou /cidades por um tempo maior, como o exigido por cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* ou, até mesmo, extensão na modalidade presencial.

Com o desenvolvimento da EAD, foi criada, em 1995, a Secretaria de Educação a Distância (SEED), no MEC, com o objetivo de levar para a escola pública toda a contribuição que os métodos, técnicas e tecnologias de educação à distância podem prestar à construção de um novo paradigma para a educação brasileira. Coerente com este objetivo, a SEED/MEC desenvolve ações como: a TV Escola, o PROINFO (Programa Nacional de Informática nas escolas), o PAPED (Programa de Apoio à Pesquisa em EAD), o DVD Escola, a Rádio Escola, Domínio Público, a RIVED (Rede Interativa Virtual de Educação). Programas estes que demonstram a intenção governamental de investir em tecnologia educacional e na EAD no Brasil.

O que observamos no Brasil, é que não há um modelo único de EAD, mas diferentes estratégias que conferem credibilidade a mesma. Isso acontece devido a influência de fatores significativos como, por exemplo, a enorme extensão territorial brasileira. A EAD assim torna-se uma alternativa que viabiliza o acesso aos alunos de regiões mais distantes, reduz custos e permite que o material didático alcance tais regiões.

As Instituições de Educação Superior contam com autonomia para definir a melhor maneira de adoção da EAD em seu âmbito. Esta autonomia permite a análise dos recursos tecnológicos, a revisão da proposta metodológica que embasa seu referencial teórico e o preparo do quadro docente para este paradigma educacional.

Na atualidade, outros desafios surgem para consolidar a EAD no Brasil. Dentre eles, destaca-se o delineamento de uma política pública objetiva e continuada, que incentive e valorize esta modalidade de ensino, caracterizando-se como uma prerrogativa, que propicie a disponibilização de mecanismos institucionais e de formação docente, necessários à atuação, competente, nos diferentes cursos e programas a distância.

A partir da promulgação da Lei nº 9394/96, fica evidenciado inúmeros programas e projetos de reformulação educacional, que pretendem alcançar todos os níveis da educação brasileira, com destaque para a descentralização administrativa e curricular das escolas, financiamento educacional e política de formação inicial e continuada de professores. Eixos fundamentais para se efetivar uma ampla reforma educacional no Brasil, para se consolidar como um estado democrático e pleno de direitos, sem a crença de que tais reformas caracterizem-se como única alternativa para melhoria da educação brasileira, mas é preciso atentar para uma preocupação cada vez mais latente em termos de reforma educacional.

As implicações de tais reformas educacionais, junto ao processo de formação de professores, consideram que é fundamental a participação e a atuação dos docentes para o seu êxito e nos leva a supor que o processo atual de formação de professores precisa rever alguns princípios que ainda se encontram presentes de forma autoritária, tradicional e tecnicista em muitas universidades e cursos de formação de professores. Shulman (1997, p.136-137) defende *que atividade, reflexão, colaboração, tempo e paixão são princípios fundamentais para a formação docente, pois favorecem o olhar crítico e inovador sobre as relações da educação com a sociedade.*

Um dos aspectos presentes nas Diretrizes para a Formação de Professores no Brasil diz respeito ao uso e à incorporação das tecnologias da informação e da comunicação nos programas curriculares das universidades e faculdades, possibilitando a inclusão digital de professores e alunos.

Destacam-se também nestas Diretrizes, políticas públicas para a formação de professores, a utilização da televisão, do vídeo, da Educação a Distância e da Informática, de maneira a promover nas salas de aulas, a aproximação das tecnologias com o processo ensino-aprendizagem e a modificar a relação tempo-espço ao trazer um novo debate sobre a relação professor-aluno, mediada pela tecnologia, conferindo um maior sentido entre a interatividade e os ambientes de formação de professores, de forma prudente, pois

Vivenciamos assim uma forte contradição entre um discurso que formalmente valoriza a educação e prioriza a escola básica para todos e a situação real de muitas escolas e das condições de trabalho dos professores do sistema público. (CANDAU,1999, p.34)

Ganha destaque, neste momento, a utilização da Educação a Distância (EAD), enquanto modalidade de ensino, para a formação de professores, que por suas características ¹ é apontada como uma estratégia metodológica capaz de ampliar o processo de formação continuada de docentes. Entretanto, é preciso cautela quanto às conseqüências provocadas pelo encanto ou “canto da sereia”², promovido pela inclusão das tecnologias nas propostas de reforma curricular.

Alguns programas desenvolvidos pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação e Cultura, mostram que os acessos ao contexto das inovações tecnológicas de informação e comunicação já faz parte dos projetos de formação e atuação docente, com o intuito de configurar uma relação crítica e inovadora do uso das mídias em sala de aula.

Entre os programas³ destinados à qualificação docente, podemos destacar os seguintes:

¹ O aluno e o professor não se encontram no mesmo espaço físico; não há o deslocamento a um local específico para se dedicar às tarefas de aprendizagem, a não ser em casos particulares, como cursos com momentos de laboratórios, oficinas ou avaliações; não há um horário rígido e fixo para estudar; a aprendizagem acontece de forma individualizada, de acordo com o ritmo e as capacidades dos alunos, independente do grupo, como se verifica no ensino presencial; a aprendizagem tem como base materiais diversificados, elaborados por especialistas, com a função de favorecer uma motivação extrínseca; a comunicação com a instituição é bilateral e realizada pelos meios de comunicação disponíveis: carta, telefone, correio eletrônico, videoconferência ou chat.

² Adorno e Horkheimer (1997) exemplificam este fato através do episódio das Sereias da epopéia homérica. Ulisses preocupado com o encantamento produzido pelo canto das sereias tampa com cera os ouvidos da tripulação de sua nau. Ao mesmo tempo, o comandante Ulisses, ordena que o amarrem ao mastro para que, mesmo ouvindo o cântico sedutor, possa enfrentá-lo sem sucumbir à tentação das sereias.

³ Para maiores informações sobre os programas aqui citados, sugerimos consultar o Portal do Ministério da Educação: www.mec.gov.br/seed, consultado em 13.09.2007.

a) **Pró-Infantil** - Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil, com duração de dois anos, combina educação a distância e encontros presenciais. As primeiras experiências começaram em julho de 2005 em Sergipe, Goiás, Rondônia e Ceará, onde 1.600 professores fazem formação.

b) **Pro-formação** - Dirigido aos professores que trabalham nas séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª), em classes de alfabetização ou na educação de jovens e adultos. O curso tem duração de dois anos e é realizado em parceria com os estados. Em 2006, cerca de seis mil professores estavam em formação em 12 estados.

c) **Pró-Licenciatura** - Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio oferece, gratuitamente, cursos de graduação a distância para professores da rede pública que atuam nas séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª) e no ensino médio. Já foram firmados convênios com 39 instituições públicas de ensino superior, em todas as regiões do país, para a oferta de 20 mil vagas em cursos de Pedagogia, Matemática, Física, Química e Biologia. A partir de 2006, o programa começa atender todas as áreas da licenciatura.

d) **Pró-Letramento** - Programa em parceria com estados e municípios para atualizar os conteúdos de português e matemática de professores da rede pública que lecionam nas séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª). O curso tem duração de dois anos e combina atividades presenciais e a distância. A primeira oferta ocorreu no segundo semestre de 2005, nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte.

e) **Rede Nacional de Formação Continuada de Professores** - Firmou, em 2004, parceria com 19 universidades, em 12 estados e Distrito Federal, para a formação de professores da rede pública em cinco áreas: Alfabetização e Linguagem, Ensino de Ciências Humanas e Sociais, Educação Matemática e Científica, Artes e Educação Física e Gestão e Avaliação da Educação.

f) **TV Escola** - É um programa de capacitação, atualização e aperfeiçoamento de professores do ensino fundamental e médio da rede pública. Oferece 17 horas diárias de programas envolvendo documentários, debates, séries educativas, com horários alternativos, permitindo às escolas opções de gravação. De acordo com dados do Censo Escolar de 2004, atualmente 29,5 milhões de

alunos e 1,2 milhão de professores em 47.900 escolas públicas têm acesso à TV Escola.

g) ProInfo - Desenvolvido em parceria com os sistemas de ensino, o Programa Nacional de Informática na Educação tem o objetivo de democratizar o uso das tecnologias da informação e comunicação nas escolas públicas de educação básica. Os laboratórios de informática instalados pelo ProInfo beneficiam, atualmente, 5,8 milhões de alunos e 218 mil professores em 4.910 escolas públicas de 1.853 municípios. Entre 2004 e 2005, o ProInfo investiu R\$ 10 milhões na aquisição de cinco mil computadores para a instalação de 500 novos laboratórios de informática, sendo 260 em escolas públicas e 240 nos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs).

h) e-ProInfo - Desenvolvido pelo MEC, o Ambiente Colaborativo de Aprendizagem torna disponível na internet um ambiente virtual de formação continuada a distância em diferentes áreas do conhecimento, envolvendo projetos pedagógicos de escolas, universidades federais e órgãos públicos. Cerca de 380 cursos de formação foram realizados pelas 116 instituições que usam o e-ProInfo, sendo que 259 cursos estão em andamento. O ambiente mantém um cadastro de mais de 40 mil usuários.

São programas que utilizam e fomentam o uso sistemático da tecnologia, mas com a devida prudência que a mesma não resolverá os problemas da educação, nem tampouco possam ser consideradas como medida única para redução de evasão, repetência ou desmotivação dos estudantes, mas o acesso a mesma possa se tornar uma medida importante para superação da exclusão social, pois segundo Pretto (2006, p.29):

A tecnologia sempre foi instrumento de inclusão social, mas agora adquire novo contorno, não mais como incorporação ao mercado, mas como incorporação à cidadania e ao mercado, garantindo acesso à informação e barateando custos dos meios de produção multimídia através de novas ferramentas que ampliam o potencial crítico do cidadão.

Com tal perspectiva em relação à inserção da educação à distância na formação de professores, o argumento de Martín-Barbero (2006) sobre a presença da tecnologia, não nos levará, necessariamente, a ver coisas novas, mas ajuda a construir outras maneiras de ver velhas coisas.

Diante de tal premissa, acreditamos que o Governo Federal a partir da percepção da importância da modalidade a distância e das possibilidades que esta

modalidade oferece, motivou o aprofundamento e ampliação das discussões e estudos promovidos principalmente no âmbito da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e do Fórum das Estatais pela Educação (espaço de discussões e parcerias entre as empresas estatais públicas e instituições públicas de ensino), criando em 2005, o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, que em 8 junho de 2006 se oficializa pelo Decreto Nº 5.800, oferecendo um sistema de gestão, promoção, financiamento e expansão do ensino superior público e gratuito, na modalidade a distância, congregando as esferas/poderes federais, estaduais e municipais, e promovendo a pesquisa e o desenvolvimento de ações e metodologias inovadoras, conforme segue no Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação à distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

No final de 2005, foi lançado o primeiro edital com o fim de implantar o Sistema UAB - o Edital MEC-SEED Nº 1, de 19 de dezembro de 2005, para a criação de pólos de apoio presencial e para a criação e oferta de cursos superiores na modalidade a distância de instituições públicas federais (universidades e centros federais de educação tecnológica).

Esse edital veio delinear o perfil do Sistema UAB, ou seja, de se tornar um grande e revolucionário programa de expansão e interiorização da educação superior pública brasileira, voltado especialmente para a formação de professores (formação básica superior e continuada) e para o desenvolvimento de projetos de pesquisas e de metodologias inovadoras em EAD.

Os pólos de apoio presencial, de responsabilidade dos municípios ou estados ou DF, são locais que ofereceriam uma infra-estrutura básica para receber cursos a distância, em que ali se desenvolvam os momentos presenciais e seja o local onde o aluno tem a sua disposição, em horários organizados, biblioteca, laboratório de informática, laboratórios pedagógicos e sala para estudo e orientação.

Além de contar com os tutores presenciais e com a coordenação administrativo-pedagógica do pólo. Esta estrutura tanto poderia ser um espaço específico para os cursos de EAD, como espaços ociosos ou espaços em horários disponíveis em escolas já existentes.

Uma das características e exigências fundamentais na organização institucional e respectivamente de curso e programa a distância sob a tutela do Ministério da Educação em sua trajetória com a modalidade é que além da organização básica e de qualidade do projeto pedagógico dos cursos, tenham cuidadoso planejamento e ofereçam estrutura multidisciplinar, a realização de um trabalho e produção coletiva, o domínio das novas tecnologias de comunicação e informação, a existência de uma infra-estrutura física (laboratórios) e de recursos humanos compatíveis com as novas atividades.

Para dar conta de todo o processo, a figura do professor é primordial, além é claro, dos tutores a distância, dos monitores e outros profissionais oriundos das diversas áreas essenciais de apoio (Comunicação, Informática, Educação, Letras, *Design*, Psicologia, entre outros).

Assim, a educação a distância, ao mesmo tempo em que, se estrutura em tais bases, propicia a experiência de trabalho integrado e multidisciplinar, em que as instituições ampliam sua área de atuação aproximando-se mais da comunidade e da realidade social, bem como incentiva a pesquisa em novas metodologias e tecnologias de comunicação e informação aplicadas principalmente na educação.

Com esse intuito, a UAB cria um sistema de integração, de parceria, de responsabilidade entre as instituições públicas federais, estaduais e municipais,

colaborando na realização de uma política de *Educação para todos* de qualidade e pública.

A UAB tem como prioridade a formação superior (básica e continuada) de professores. Nesse sentido, acredito que esse investimento na formação, como a importância da valorização profissional e das condições de trabalho do professor, proporcionará uma melhoria de qualidade do ensino fundamental e médio, como também a ampliação deste ensino. Além disso, com a interiorização do ensino superior cria-se o acesso à formação qualificada a muitas pessoas que não vislumbravam tal possibilidade, permitindo assim que os alunos permaneçam na sua região e que a mesma se beneficie com sua qualificação. Compreendemos que a formação superior técnica e de graduação de qualidade deva ser nossa exigência e meta mínima para todos.

Pela resposta que o MEC obteve com o Edital nº1 de 2005-UAB, com a aprovação de 290 pólos de apoio presencial e com 50 Instituições Federais de Ensino Superior - IFES participando, observamos que as instituições públicas de ensino superior bem como os governos municipais e estaduais estão acreditando e apostando neste processo de inserção da Educação a Distância na formação de professores.

2.1. Consórcio Regional CampusNet Amazônia: características e instituições

Para iniciar a presente seção compreendemos a importância de se colocar em destaque algumas características da Amazônia Legal já que a mesma constitui 60% de toda a região amazônica tendo como destaque ainda: - possuir o maior rio do mundo, o Amazonas, cuja extensão é de cerca de 6.500 km;

- possuir o ponto mais alto de todo o território brasileiro, o Pico da Neblina;
- abrigar a maior diversidade de fauna e flora do planeta;
- abranger uma superfície equivalente a mais de 30 países da Europa;
- possuir a maior reserva mineral do planeta;
- abrigar mais de 20 milhões de habitantes

A Amazônia Legal Brasileira é composta de nove estados como podemos identificar no mapa a seguir, sendo que daremos ênfase em apresentar as

características do Consórcio Regional CampusNet Amazônia e seu desenvolvimento na Universidade do Estado do Pará.

Figura 01 – Mapa dos Estados da Amazônia Legal



Fonte: <http://www.amazonia.org.br/viagem/viagempa.cfm>.

A implantação do Consórcio Regional das Instituições Públicas de Ensino Superior da Amazônia para as ações de Educação a Distância – doravante denominado *CampusNet* Amazônia composto de dez Instituições de Ensino visa integrar as universidades amazônicas, para o desenvolvimento de ações voltadas para implantação e implementação de infra-estrutura de comunicação, de centro de recursos multimídia e de programas de formação, na modalidade a distância. Com essa iniciativa, a Universidade do Estado do Pará, como instituição consorciada deu um salto qualitativo para proporcionar o acesso ao conhecimento e à expansão da educação superior por meio da educação à distância.

O Consórcio Regional CampusNet Amazônia é a iniciativa que as universidades públicas da região amazônica implementaram para a formação de profissionais da educação por meio da educação a distância, visando a promoção de acesso ao ensino superior e a diminuição do déficit de docentes com nível superior.

A iniciativa foi implantada em 2003, para ampliar as ações de ensino, pesquisa e extensão das Instituições de Ensino Superior na Amazônia Legal por meio da educação a distância, sendo composta das seguintes instituições:

Quadro 4 - Instituições do Consórcio Regional CampusNet Amazônia

Consórcio Regional CampusNet Amazônia	
Estados	Instituições
Acre	Universidade Federal do Acre – UFAC.
Amazonas	Fundação Universidade Federal do Amazonas – FUA. Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas – CEFET/AM
Amapá	Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
Pará	Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. Universidade Federal do Pará – UFPA. Universidade do Estado do Pará – UEPA.
Rondônia	Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Roraima	Universidade Federal de Roraima – UFRR
Mato Grosso	Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT

Fonte: www.unifap.br/campusnet.

Ressaltamos que as principais metas do CampusNet Amazônia são:

- Implementar e consolidar o Consórcio CampusNet Amazônia - Campus Virtual das Instituições Federais de Ensino Superior da Região Amazônica;
- Implantar o Campus Virtual em 09 Instituições Federais de Ensino Superior;
- Criar a rede de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) a nível local e regional;
- Dotar 59 Campi interior das Instituições Federais de Ensino Superior da Amazônia Legal de uma infra-estrutura física, pessoal e tecnológica para ampliar o acesso à educação superior;
- Aumentar em 50% o número de vagas dos cursos de graduação na Amazônia Legal em dois anos;
- Criar/ampliar espaço físico em 61 Campi Universitários, tendo em vista a ambientação de bibliotecas/midiatecas e ampliação de acervo bibliográfico nas áreas de conhecimento atendidas pelos Campi;
- Prover cada Campus Universitário da Região Amazônica de 01 meio de transporte para atender as ações de interiorização;

- Oferecer uma licenciatura para a formação de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental;

- Promover cursos e treinamentos para a comunidade universitária visando à capacitação em novas tecnologias educacionais.

Contando com a participação de dez instituições de ensino superior para a inserção da Educação a Distância no processo de formação de professores no âmbito da Amazônia Legal, identificamos preliminarmente as ações desenvolvidas nas referidas instituições em relação a educação à distância. Para tal objetivo enviamos e-mail para os reitores das respectivas instituições, como também utilizamos os dados disponíveis nos sites das referidas instituições para subsidiar nossa análise.

Das dez instituições que enviamos questionário por e-mail (ver apêndice A) tivemos retorno apenas das seguintes instituições: Universidade Federal do Pará, Universidade do Estado do Pará, da Universidade Rural da Amazônia e da Universidade Federal do Mato Grosso.

A seguir apresentamos as principais ações identificadas em Educação a Distância nas instituições que compõem o Consórcio Regional CampusNet Amazônia:

2.1.1.

A Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

A instituição não enviou as informações do questionário enviado à reitoria, contudo realizamos a análise a partir das informações disponíveis na sua página na internet sobre as ações desenvolvidas em Educação a Distância⁴.

A UNIFAP em parceria com outras Instituições (MEC, SEED, UFPA, UNIREDE, GEA), vem desenvolvendo programas em Educação a Distância por meio do seu Departamento de Educação a Distância.

As atividades dos programas em execução na UNIFAP prevêm encontros presenciais, aula via videoconferência, aula via web, assistência tutorial, atendimento via telefonia (0800), aula no laboratório de informática, biblioteca para consulta virtual e presencial, acompanhamento pedagógico e administrativo

⁴ www.unifap.br/ead, consultado em 23.09.2007.

para tutores e alunos, conforme destaca a Prof.^a Wanja Silva(wanjasilva@unifap.br) – Coordenadora de EAD.

A instituição oferece atualmente na modalidade à distância os cursos de Educação Física, em parceria com a Universidade de Brasília, e o Curso de Matemática em parceria com a Universidade Federal do Pará. A seleção é feita através de concurso público, divulgado na página da UFPA. O financiamento do curso vem ocorrendo através de convênios com Prefeituras, Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) e Ministério da Educação;

Na extensão é ofertado o Curso Mídias na Educação, com estrutura modular, com o objetivo de proporcionar formação continuada para o uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação – TV e vídeo, informática, rádio e impressos – de forma integrada ao processo de ensino e aprendizagem, aos profissionais de educação, contribuindo para a formação de um leitor crítico e criativo, capaz de produzir e estimular a produção nas diversas mídias.

No âmbito da Pós-Graduação vem ofertando o Curso de Especialização em Direito Ambiental, já que as questões ambientais no âmbito da Amazônia Legal vêm exigindo ações eficazes e contundentes na defesa do meio ambiente, bem como profissionais capacitados na apropriação de conceitos e instrumentos jurídico - político de proteção ambiental.

2.1.2.

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas - CEFET-AM

Não respondeu o questionário enviado à Diretoria da Instituição e não dispunha de informações sobre as ações de Educação a Distância em sua página na internet⁵.

2.1.3.

A Universidade Federal de Mato Grosso

A partir das informações enviadas pela Prof.^a Sandra Regina Geiss Lorensini (sandra@nead.ufmt.br) - Coordenadora do Núcleo da Educação Aberta

⁵ www.cefetam.edu.br, consultado em 25.09.2007.

e a Distância – NEAD e da sua página na internet⁶, a Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, possui pólos de EAD nas cidades de Cuiabá, Colider, Juína, Diamantino, Terra Nova do Norte, Rondonópolis, Barra do Garças, Várzea Grande e Sinop oferece na modalidade a distância os Cursos de Graduação em Administração de Empresa, Pedagogia - Anos Iniciais, Pedagogia para Educação Infantil, Licenciatura em Ciências e Matemática.

Na Pós-Graduação *Lato Sensu* são ofertados os Cursos de Educação em Ciências Naturais Para o Ensino Fundamental e de Gestão em Educação Pública.

Na extensão oferta o Curso Aplicações Educativas em Internet.

As ações em Educação a Distância na instituição estão sob a responsabilidade do Núcleo de Educação Aberta e a Distância – NEAD que dispõe de equipe pedagógica, de tecnologia e administrativa; em termos de estrutura física possui salas para o trabalho didático e administrativo, laboratório com equipamento para vídeo conferência e as capacitações se dão na medida da necessidade e conforme atribuição de cada um dos elementos da equipe, coordenadora do Núcleo.

A instituição desenvolve seus cursos utilizando material impresso e recursos multimídia em CD Rom. Para a capacitação dos professores, o NEAD, tem constantemente oferecido cursos de capacitação para profissionais da nossa e de outras instituições, cujo tema central diz respeito acerca do universo da Educação a Distância. Temos também outros cursos com temas diversos, na modalidade à distância o que possibilita o profissional ser inserido na modalidade através do exercício cotidiano de trabalho.

Segundo a Prof.^a Sandra Lorensini, as ações da EAD, na UFMT estão consolidadas, diante da longa data de experiência e dos resultados obtidos ao longo desse tempo, o NEAD se apresenta como um núcleo de referência no Estado, inclusive abrindo novas frentes de trabalho, que vão além das atividades de ensino, envolvendo ainda pesquisa e extensão.

⁶ www.nead.ufmt.edu.br, consultado em 27.09.2007.

2.1.4.

A Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

A Instituição não respondeu o questionário enviado e não disponibiliza maiores informações em sua página na internet⁷ sobre as ações em EAD, embora chegamos à encontrar no referido endereço na internet editais para seleção de tutores para os cursos de Educação Física, Ciências Naturais e Biologia.

2.1.5.

A Universidade Federal do Pará – UFPA

A Universidade Federal do Pará respondeu o questionário enviado, por meio das informações da Assessoria de Educação a Distância⁸ (www.aedi.ufpa.br) oferece os Cursos de Licenciatura na modalidade à distância: Química, Letras, Biologia, Matemática e Administração de Empresa.

Na Pós-Graduação são ofertados os Cursos de Especialização em Política e Economia Mineral, Gestão Hídrica e Ambiental, Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional (Planear III) e Ensino-Aprendizagem da Língua Portuguesa.

Na extensão é ofertado o Curso *On Line* de Leitura e Produção de Textos.

O setor responsável pelas ações de Educação a Distância é a Assessoria de Educação a Distância vinculada à Reitoria da UFPA, sob a coordenação da Prof.^a Selma Dias Leite (sleite@ufpa.br) e conta com ampla infra-estrutura para a oferta de cursos na modalidade à distância.

2.1.6.

Universidade do Estado do Pará – UEPA (www.uepa.br)

As informações aqui analisadas, a partir do encaminhamento do reitor da UEPA, foram obtidas em sua página na internet⁹ e pelo contato direto com a Profa. Aldeniza de Oliveira Ximenes - Coordenadora do Núcleo de Educação Continuada e a Distância – NECAD, setor responsável pelo desenvolvimento das ações em Educação a Distância em parceria com as coordenações dos cursos de

⁷ www.unir.br, consultado em 30.09.2007.

⁸ www.aedi.ufpa.br, consultado em 02.10.2007.

⁹ www.uepa.br, consultado em 04.10.2007.

graduação presencial, no qual tivemos a oportunidade de coordená-lo de 2003 até 2006.

A Universidade do Estado do Pará iniciou suas atividades em Educação a Distância, em atendimento ao Edital do Pró-Licenciatura Fase I, com o Curso de Licenciatura em Matemática na modalidade à distância em seis municípios, São Miguel do Guamá, Vigia de Nazaré, Conceição do Araguaia, Paragominas, Salvaterra e Moju.

Em fase de implantação se encontra os Cursos de Letras, Pedagogia e Ciências Naturais em atendimento a chamada do Edital da Universidade Aberta do Brasil.

Na Pós-Graduação oferta o Curso de Especialização em Gestão Escolar a Distância.

Na extensão, a instituição em parceria com a Secretaria de Estado de Educação está promovendo a capacitação de tutores para Professores de Educação Especial, decorrente de Edital da Secretaria de Educação Especial do MEC.

Na implantação dos Cursos ofertados, o material didático predominante é o material impresso e conta com a produção de conteúdos digitais em seu ambiente digital usando a Plataforma Digital do Moodle.

2.1.7.

A Fundação Universidade Federal do Amazonas – UFAM

As informações aqui analisadas são decorrentes dos obtidos na página da internet da Instituição ¹⁰, pois não houve retorno do questionário enviado para a mesma.

Conforme dados do setor responsável pelas ações de EAD na instituição, o Centro de Educação a Distância, a Universidade Federal do Amazonas desenvolve sua atuação em nove pólos, sendo em Eirunepé, Humaitá, Manaus, Itacoatiara, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Coari, Benjamin Constant e Manacapuru.

A UFAM oferece os seguintes cursos: Licenciatura em Letras - Libras, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Ciências Agrárias, Bacharelado em Administração, Licenciatura em Artes Plásticas, Licenciatura em Biologia.

¹⁰ www.ced.ufam.edu.br, consultado em 20.10.2007.

Na Pós-Graduação *Lato Sensu*, oferece o curso de Formação Continuada em Educação Especial: Surdez.

O curso de LIBRAS, coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é realizado em parceria com outras oito universidades federais. Foi especialmente desenhado para atender às especificidades da clientela de formação de profissionais da área da surdez e educação de surdos, com recursos sofisticados para a efetivação da aprendizagem. Esses recursos incluem material didático em formato audiovisual, impresso e digitalizado, especialmente organizado de forma a atender à lógica da Língua Brasileira de Sinais. Incluem também atendimento personalizado de professores especializados, de tutores bilíngües no local (junto aos alunos) e encontros pela videoconferência interativa, garantindo aos alunos o máximo de possibilidades de acesso e interação com professores e colegas, assegurando, assim, resultados significativos de aprendizagem.

Por meio do Consórcio Setentrional constituído por Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas tem por objetivo contribuir para a formação de professores no campo das Ciências Biológicas, cientes de sua condição de cidadãos comprometidos com princípios éticos, inserção histórico-social (dignidade humana, respeito mútuo, responsabilidade, solidariedade), envolvimento com as questões ambientais e compromissos com a sociedade.

A Universidade Federal do Amazonas por meio do setor responsável pelas ações de Educação a Distância, o Centro de Educação a Distância dispõe de um ambiente virtual para produção de material didático.

Os principais objetivos do referido Centro de EAD são:

- Implantar e explorar as interfaces entre a comunicação, as tecnologias da informática, o mundo do trabalho e a educação;
- Desenvolver, implantar e manter projetos de informatização e recursos computacionais como suporte pedagógico/comunicativo;
- Produzir material instrucional em diversas mídias utilizando tecnologias da inteligência no processo educacional;
- Criar e manter pesquisas, laboratórios e bibliotecas correspondentes a área das tecnologias aplicadas à educação semipresencial e a distância;

- Realizar estudos e pesquisas inter-relacionando os saberes formais e da comunidade, através de projetos de desenvolvimento, reintegração de recursos do meio ambiente, cursos de formação continuada e/ou de comunicação entre culturas e etnias diferentes na Amazônia e no país;

- Promover eventos de socialização de conhecimentos e articulação institucional;

- Estimular e promover a realização de consultoria técnica, de programas de capacitação e atendimento a solicitações de órgãos e instituições, com ênfase em planejamento de políticas e programas de formação de docentes;

- Colaborar com outras áreas da Universidade, especialmente em atividades interdisciplinares de EAD;

- Divulgar e publicar os estudos e pesquisas realizadas pelo CED;

- Realizar ações que possibilitem o intercâmbio acadêmico, cultural e tecnológico com as demais universidades da Amazônia brasileira e outras instituições de âmbito internacional;

- Oferecer cursos de formação inicial e continuada, em nível de graduação e pós-graduação na modalidade à distância.

O Centro de Educação a Distância da Universidade Federal do Amazonas está sob a Direção da Prof.^a Zeina Rebouças Corrêa Thomé, para contato é disponibilizado o e-mail do setor: cead@ufam.edu.br.

2.1.8.

A Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA (www.ufra.edu.br)

A Universidade Federal Rural da Amazônia por meio de e-mail enviado pelo Prof. Marco Aurélio Nunes – reitor (08.03.2008), ainda não desenvolvia ações em Educação a Distância.

2.1.9. A Universidade Federal de Roraima – UFRR

A instituição não respondeu ao questionário enviado e não dispõe de informações sobre ações em Educação a Distância em sua página na internet¹¹.

¹¹ www.ufrr.br, consultado em 05.11.2007.

2.1.10. A Universidade Federal do Acre – UFAC

A instituição não respondeu ao questionário enviado e não dispõe de informações sobre ações em Educação a Distância em sua página na internet¹².

De acordo com os dados apresentados, não podemos desconsiderar os benefícios que a educação a distância traz para o alcance dos objetivos educacionais e a possibilidade de oportunizar o acesso ao ensino superior que esta modalidade representa. Passa a existir um terreno fértil para a “desconstrução” dos papéis educacionais, daí a relevância do presente estudo em permitir o levantamento de dados sobre as ações em Educação a Distância que as Instituições de Ensino Superior têm na formação de profissionais para a educação na região amazônica.

Daí compreendemos que as ações promovidas pelo Consórcio Regional CampusNet Amazônia na formação de profissionais por meio da Educação a Distância fortalece a consolidação de tal modalidade de ensino, assim como contribui para o desenvolvimento da região amazônica e da integração das instituições de ensino superior. Ressaltamos que ao cumprir tal função, a universidade é responsável em qualificar profissionais para a educação infantil, fundamental, média e superior, no qual futuramente estarão em contato com a escola, que embora timidamente, vem incorporando a tecnologia em seu âmbito e lidar com

alunos que já possuem conhecimentos tecnologicamente avançados e acesso pleno ao universo de informações disponíveis nos múltiplos espaços virtuais aos que se encontram em plena exclusão tecnológica, sem oportunidade para vivenciar e aprender nesta nova realidade; das instituições de ensino equipadas com as mais modernas tecnologias digitais aos espaços educacionais precários e com recursos mínimos para se trabalhar. (KENSKI, 2000, p.74-75)

Os dados obtidos nos dão amostra do momento em que se encontram as ações de EAD na Região Amazônica e do desafio encontrado pelas Instituições de Ensino Superior que compõem o Consórcio Regional CampusNet Amazônia, para o cumprimento das metas estabelecidas para expansão da oferta de vagas e de seus processos de interiorização, visando a consolidação da educação a distância como modalidade de ensino capaz de promover a democratização e acesso ao ensino superior de forma igualitária, gratuita e com qualidade.

¹² www.ufac.br, consultado em 12.11.2007.

Tal pressuposto no âmbito das instituições é fundamental para o cumprimento das metas traçadas junto ao Consórcio Regional CampusNet Amazônia, pois entendemos que o fortalecimento das IES na região amazônica para a oferta de cursos na modalidade a distância, é decorrente desta articulação das IES, enquanto uma rede de conhecimento, voltadas para os problemas amazônicos, criando uma identidade regional para a formação de professores, alcançando uma autonomia de seus projetos pedagógicos e de sua gestão, se aproximando do modelo de gestão e atuação da universidade idealizado por Franco (2006) para as ações de EAD nas instituições de ensino superior em relação à implantação da EAD.

A opção por solicitar que as universidades proponham seus projetos, identificados com a realidade local e institucional, bem como os cuidados com a avaliação e o acompanhamento dos processos apontam para outro caminho. O que se deseja não é treinar professores, mas investir na sua formação universitária. Além disso, o que se busca é criar condições para que a formação de professores possa ocorrer em todas as partes do Brasil, mesmo nas localidades onde não há instituição de ensino superior, pois não se pode perder de vista o fato de que além de formar os professores que hoje estão em exercício, é preciso formar novos professores, e sempre quando se atrai para uma capital um jovem para fazer sua formação universitária, a probabilidade de que ele retorne a sua localidade de origem é muito pequena. (FRANCO, 2006, p.35)

2.2.

A Universidade do Estado do Pará - UEPA

O estudo realizado sob o enfoque da pesquisa qualitativa com aspectos descritivos tem como ambiente natural de investigação, a Universidade do Estado do Pará – UEPA e para melhor compreensão de sua importância na Região Norte e na Amazônia, consideramos relevante que façamos o relato de seu processo de atuação na Educação Superior, visando à formação de profissionais voltados ao desenvolvimento do Estado do Pará.

A Universidade do Estado do Pará - UEPA foi criada pela Lei Estadual nº 5.747, de 18 de maio de 1993 e autorizada a funcionar em por meio de Decreto Presencial de 04 de abril de 1994. Nasce da fusão e experiência das seguintes instituições: da Fundação Educacional do Estado do Pará – FEP, da Escola Superior de Educação Física – ESEF, Escola de Enfermagem “Magalhães Barata”, da Faculdade de Medicina do Pará e da Faculdade Estadual de Educação – FAED. É constituída de três Centros Acadêmicos:

- Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS, responsável pela formação de profissionais na área da Saúde, com os seguintes cursos: Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Licenciatura Plena em Educação Física.

- Centro de Ciências Naturais e Tecnologia – CCNT, responsável pela formação de profissionais na área Tecnológica, com os seguintes cursos: Engenharia Ambiental, Bacharelado em Design, Tecnologia Agroindustrial e Engenharia de Produção.

- Centro de Ciências Sociais e Educação – CCSE, responsável pela formação de profissionais na área da Educação, com os seguintes cursos de Licenciatura Plena: Pedagogia, Matemática, Música, Letras, Ciências da Religião, Ciências Naturais e os Bacharelados em Música e Secretariado Executivo Trilingue.

A presença da UEPA e de sua expansão no âmbito do Estado do Pará, deve promover também melhorias econômicas, sociais e culturais, que reflitam na formação de profissionais da educação.

Nesse contexto, a Universidade do Estado do Pará, enquanto agência geradora e difusora de conhecimento pode contribuir para o desenvolvimento do Estado, assegurando o uso dessas novas ferramentas postas pela ciência e pela tecnologia à disposição da sociedade paraense.

A necessidade de propiciar o acesso ao conhecimento como forma de viabilizar o crescimento pessoal e social, em nosso entendimento, favorecerá que a UEPA se volte à incorporar as inovações que venham proporcionar, no caso por meio da apropriação dos meios de informação e da comunicação, condições para levar esse conhecimento ao maior número possível de municípios do Pará.

Uma das políticas direcionada nessa direção, voltada para formação de profissionais da educação no âmbito da instituição é decorrente da inserção da EAD em seu âmbito com a oferta de cursos de graduação voltados à formação de professores de Matemática, de LIBRAS (em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina) e de pós-graduação com a oferta do curso de Especialização em Gestão Escolar à Distância destinado exclusivamente aos diretores de escolas públicas paraenses (em parceria com a Secretaria de Educação do Pará - SEDUC).

Em relação ao Curso de Matemática na modalidade à distância, acompanhamos todo o seu processo de elaboração, das reuniões técnicas com a

SEED/MEC e com a Universidade Federal do Pará – UFPA. Com a sua implantação e sua característica pioneira na UEPA, em relação à inserção da EAD na prática de formação de professores e na atuação dos docentes, que tinham experiência marcante no curso presencial, compreendemos a necessidade de realizarmos o presente estudo.

Neste sentido, a Universidade do Estado do Pará busca incorporar em seu processo de expansão, o acesso às tecnologias na formação de profissionais para que os mesmos delas possam fazer uso em suas atividades docentes, já que a mesma se encontra presente em dez das doze regiões de integração¹³ existentes do Estado do Pará, com atuação em 5 (cinco) campi na capital e em 14 (quatorze) municípios do interior do Estado. Para o auxílio e maior compreensão sobre a distribuição dos referidos espaços de atuação da UEPA no âmbito do Estado do Pará, segue mapa para identificação visual.

Figura 02– Mapa das Regiões de Integração do Pará

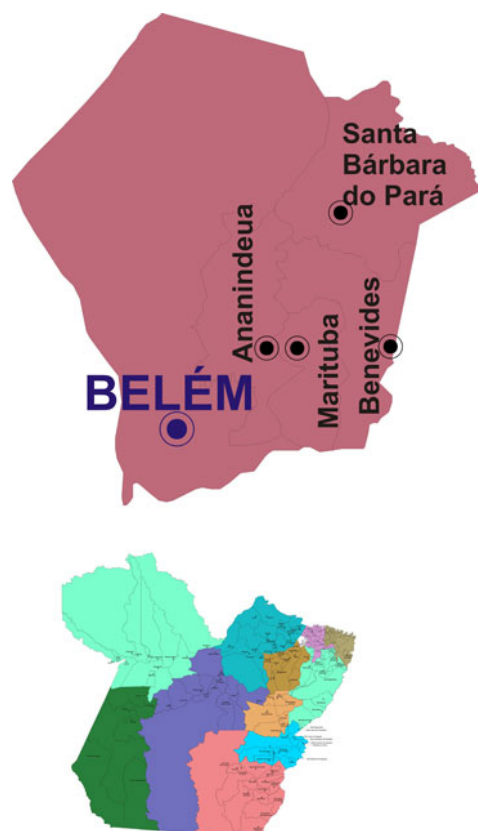


Fonte: www.seir.pa.gov.br.

⁴ Regiões de Integração definidas pelo Governo do Pará: Metropolitana, Guamá, Caetés, Capim, Tocantins, Lago de Tucuruí, Carajás, Araguaia, Xingu, Tapajós, Baixo Amazonas e Marajó

Região Metropolitana – Na capital, a UEPA possui cinco campi e oferta 17 cursos de graduação nas áreas de tecnologia, saúde e educação, com laboratórios e 29 grupos de pesquisa, além de atividades de extensão e assistência à comunidade, como o Centro Saúde Escola do Marco (CSE), a Unidade de Ensino Assistência de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (UEAFTO), a Incubadora de Empresas e a Escola de Educação Física.

Figura 03– Mapa da Região Metropolitana



Fonte: www.seir.pa.gov.br.

Capital: Belém

Campus I – Centro de Ciências Sociais e Educação – CCSE

Campus II – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS

Campus III – Educação Física

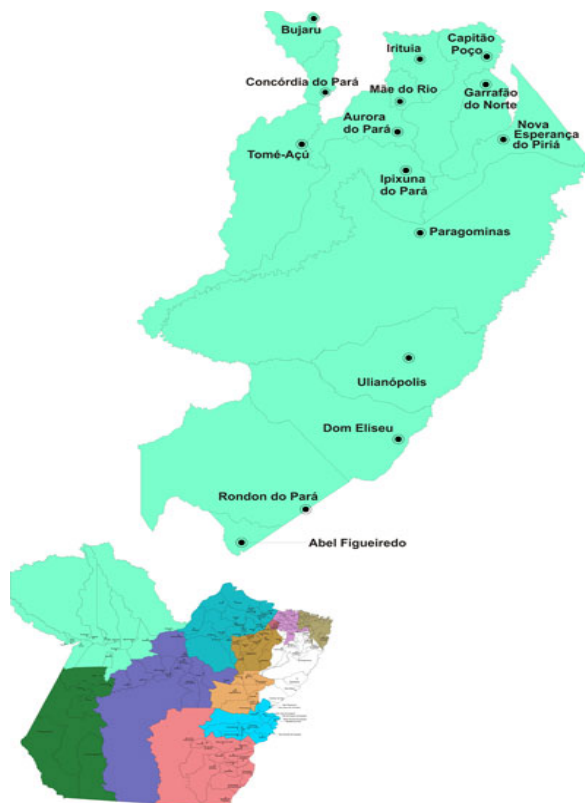
Campus IV – Enfermagem

Campus V – Centro de Ciências Naturais e Tecnologia – CCNT

Região do Rio Capim (interior do Pará) – Com campus em Paragominas, a UEPA conta hoje com os cursos de Engenharia Ambiental, Tecnologia Agroindustrial com ênfase em Alimentos e Madeira, Licenciatura em Matemática,

Licenciatura em Ciências Naturais com Habilitações em Física e Biologia e Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa. Para 2011, planeja-se a potencialização dos laboratórios do curso de Tecnologia da Madeira e está sendo estudada a oferta do curso de Educação Física.

Figura 04– Mapa da Região Rio Capim

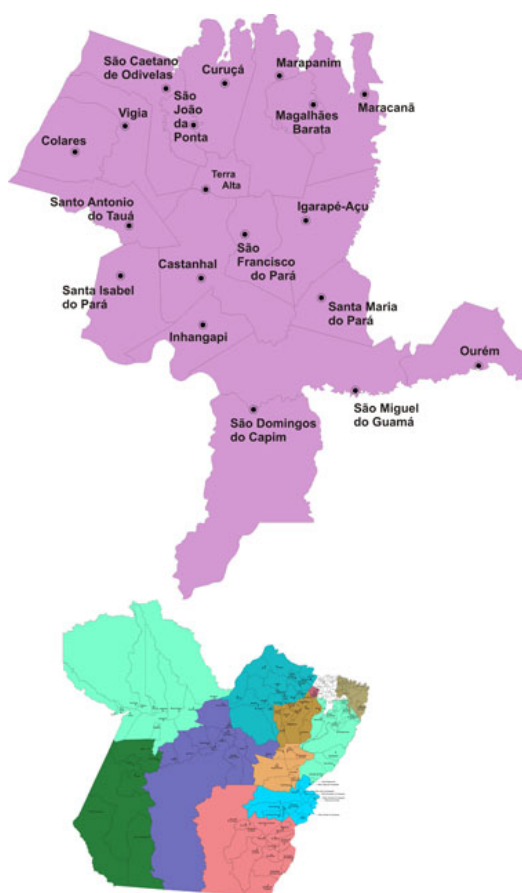


Fonte: www.seir.pa.gov.br

Campus VI – Núcleo Universitário de Paragominas

Região do Guamá – Atendida pelos campi de São Miguel do Guamá, Vigia de Nazaré e Igarapé-Açu, com cursos voltados para área de formação de professores, a UEPA investe em formação tecnológica na região, pretende inaugurar em 2010, o campus de Castanhal, cidade pólo da indústria alimentícia no Pará. Inicialmente, serão ofertados os cursos de Engenharia de Produção e Ciências Naturais – Física.

Figura 05– Mapa da Região do Guamá



Fonte: www.seir.pa.gov.br

Campus X – Núcleo Universitário de Igarapé- Açú

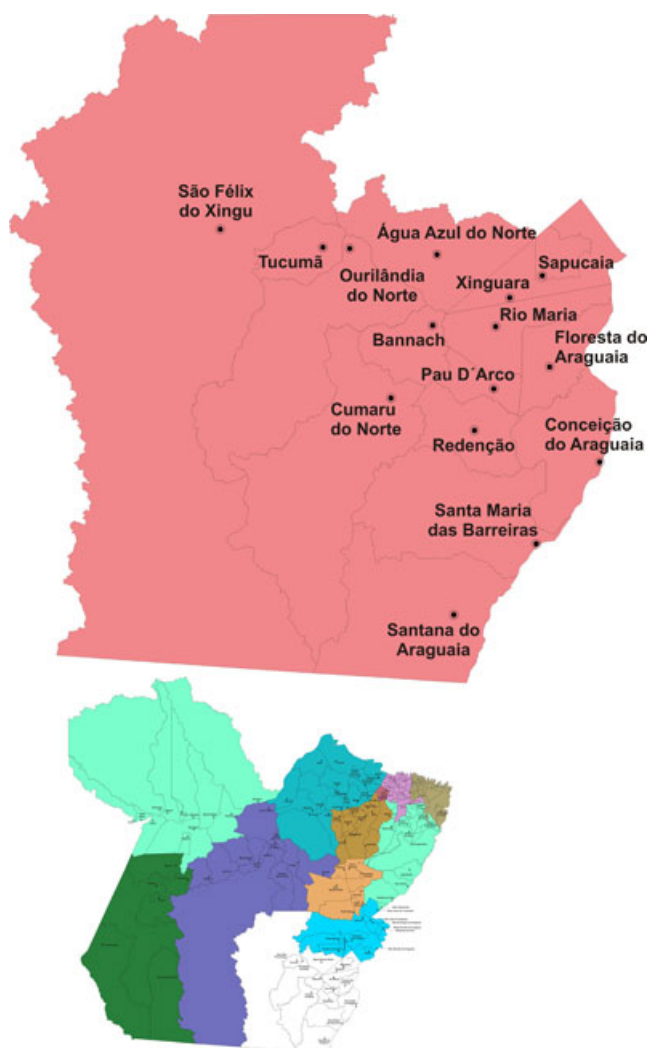
Campus XI – Núcleo Universitário de São Miguel do Guamá

Campus XX – Núcleo Universitário de Castanhal (em construção)

Campus XVII – Núcleo Universitário de Vigia de Nazaré

Região do Araguaia – A UEPA está presente no município de Conceição do Araguaia com cursos da área de educação. Em 2009, foi iniciada a implantação de um complexo poliesportivo no município, para atender a formação dos alunos do curso de Educação Física e a comunidade. Em Redenção, ofertam-se atualmente cursos com ênfase na área de tecnologia. Em 2010, ocorrerá a readequação da oferta de vagas devido à nova estruturação dos cursos de Ciências Naturais e Tecnologia de Alimentos para 2011.

Figura 06 – Mapa da Região do Araguaia



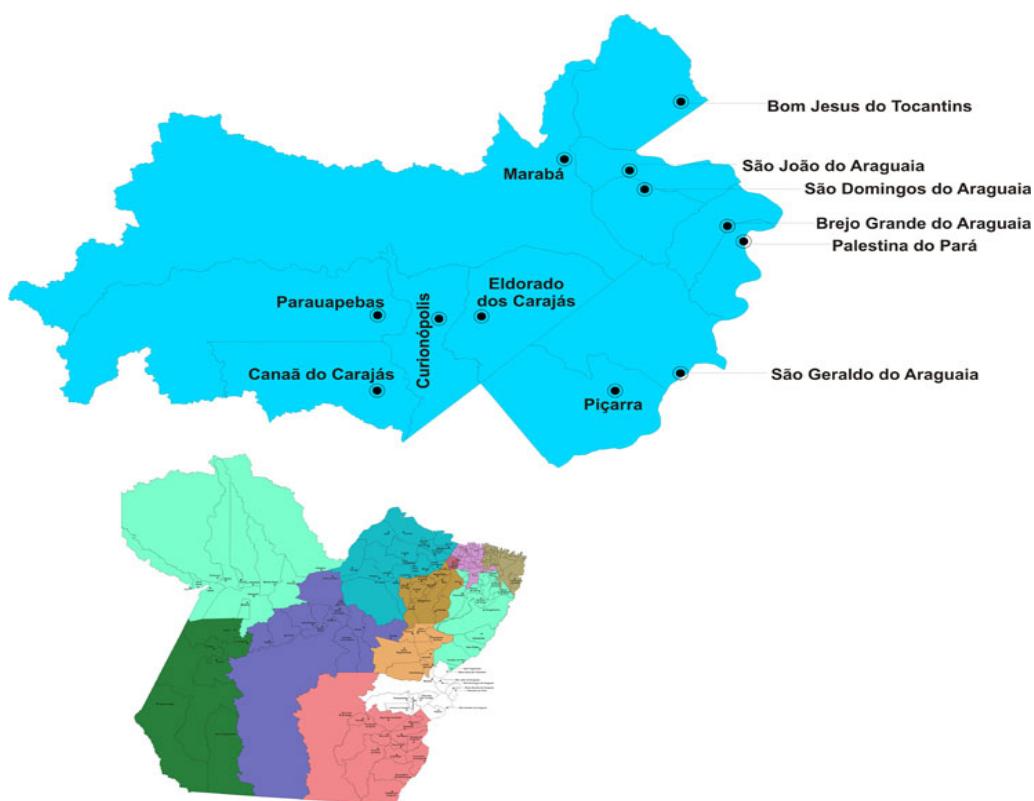
Fonte: www.seir.pa.gov.br

Campus VII – Núcleo Universitário de Conceição do Araguaia

Campus XVI – Núcleo Universitário de Redenção

Região de Carajás – Em Marabá, a UEPA oferta os cursos de Engenharia Ambiental, Tecnologia Agroindustrial – Madeira e Alimentos e Licenciatura em Ciências Naturais, buscando contemplar as demandas da região, cujo potencial econômico está voltado para a indústria extrativa mineral, a pecuária bovina, a fruticultura, produção de grãos e cultivo florestal. Está em avaliação a implantação de cursos da área da saúde no município em 2011.

Figura 07 – Mapa da Região de Carajás

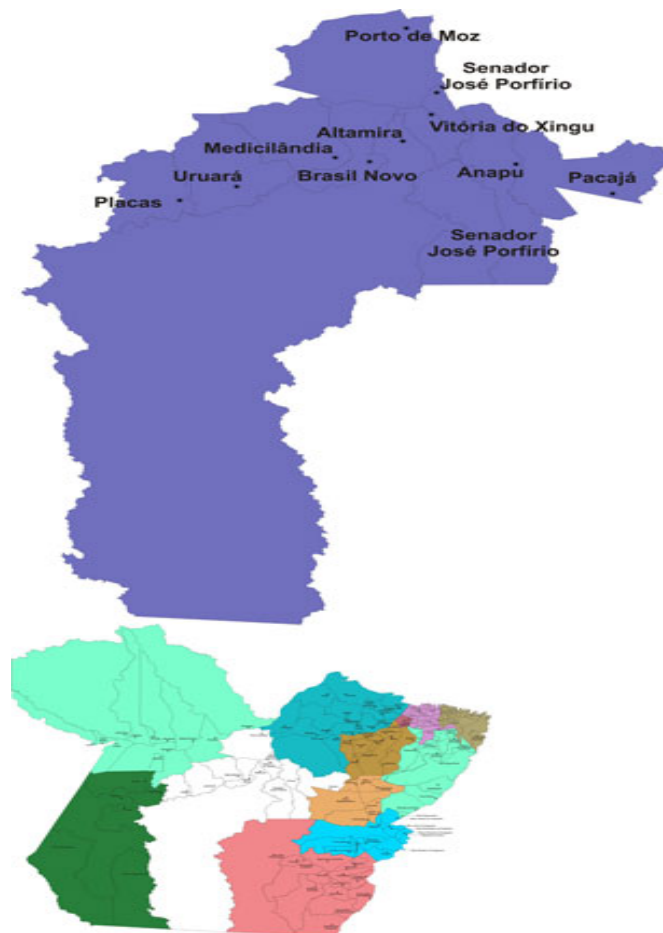


Fonte: www.seir.pa.gov.br

Campus VIII – Núcleo Universitário de Marabá

Região do Xingu – A UEPA está sediada em Altamira com os cursos de Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências Naturais com habilitações em Biologia e Física e Licenciatura em Educação Física. Estuda-se, para 2011, a implantação do curso de Tecnologia de Alimentos.

Figura 08 – Mapa da Região do Xingu



Fonte: www.seir.pa.gov.br

Campus IX – Núcleo Universitário de Altamira

Região do Tocantins – Na região Tocantins, a UEPA possui campi em Moju oferecendo cursos na área de educação; O campus de Cameté, recém inaugurado, oferta cursos de Tecnologia Agroindustrial com ênfase em Alimentos e Ciências Naturais. A UEPA de Barcarena oferece, atualmente, o curso de Ciências Naturais e, em 2011, será potencializado com outros cursos de Tecnologia.

Figura 09 – Mapa da Região do Tocantins



Fonte : www.seir.pa.gov.br

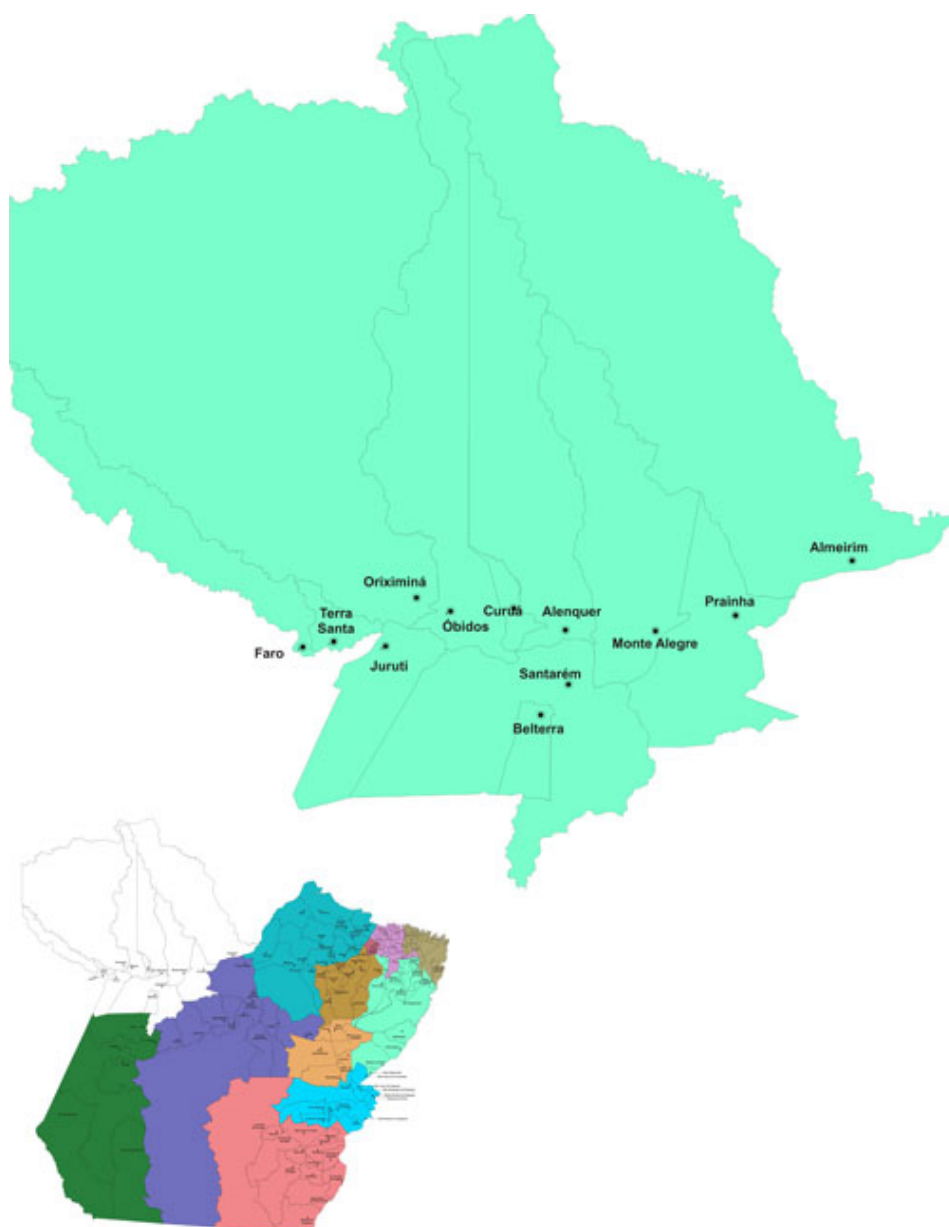
Campus XVIII – Núcleo Universitário de Cametá

Campus XIV – Núcleo Universitário de Mojú

Campus XV – Núcleo Universitário de Barcarena

Região do Baixo-Amazonas – O campus da UEPA em Santarém é voltado estrategicamente para a área da saúde. O núcleo atende a demanda de profissionais de toda a região oeste do Pará. No município, são ofertados os cursos de Medicina, Enfermagem e Fisioterapia, além de Educação Física e Música. Serão ofertados, em 2010, cursos de pós-graduação stricto sensu na área da saúde, para qualificar os professores do campus.

Figura 10 – Mapa da Região do Baixo - Amazonas

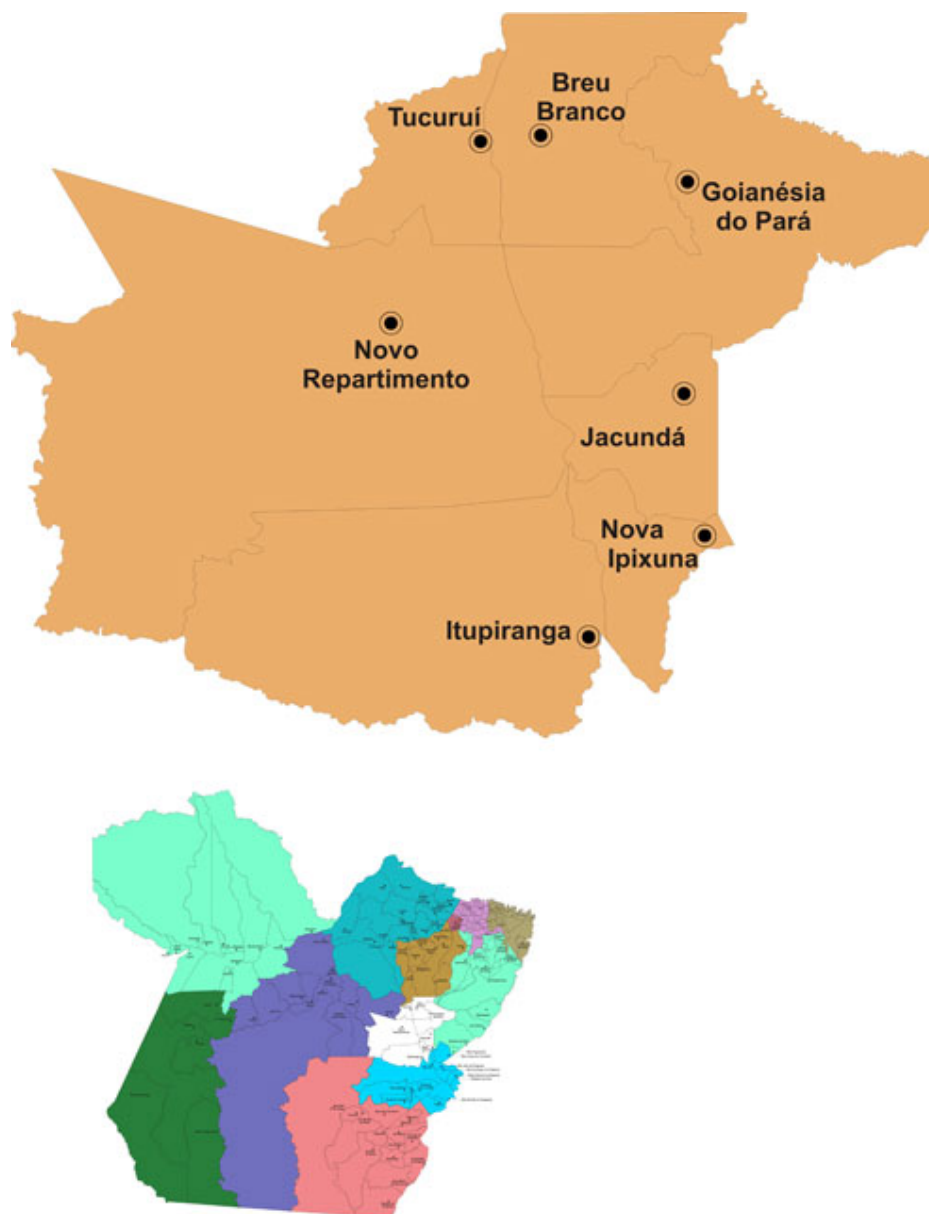


Fonte: www.seir.pa.gov.br

Campus XII – Núcleo Universitário de Santarém

Região do Lago de Tucuruí – O campus da UEPA em Tucuruí oferta cursos de Enfermagem e Educação Física e, em 2011, pretende ampliar sua atuação com a oferta de cursos da área de Educação.

Figura 11 – Mapa da Região do Lago de Tucuruí

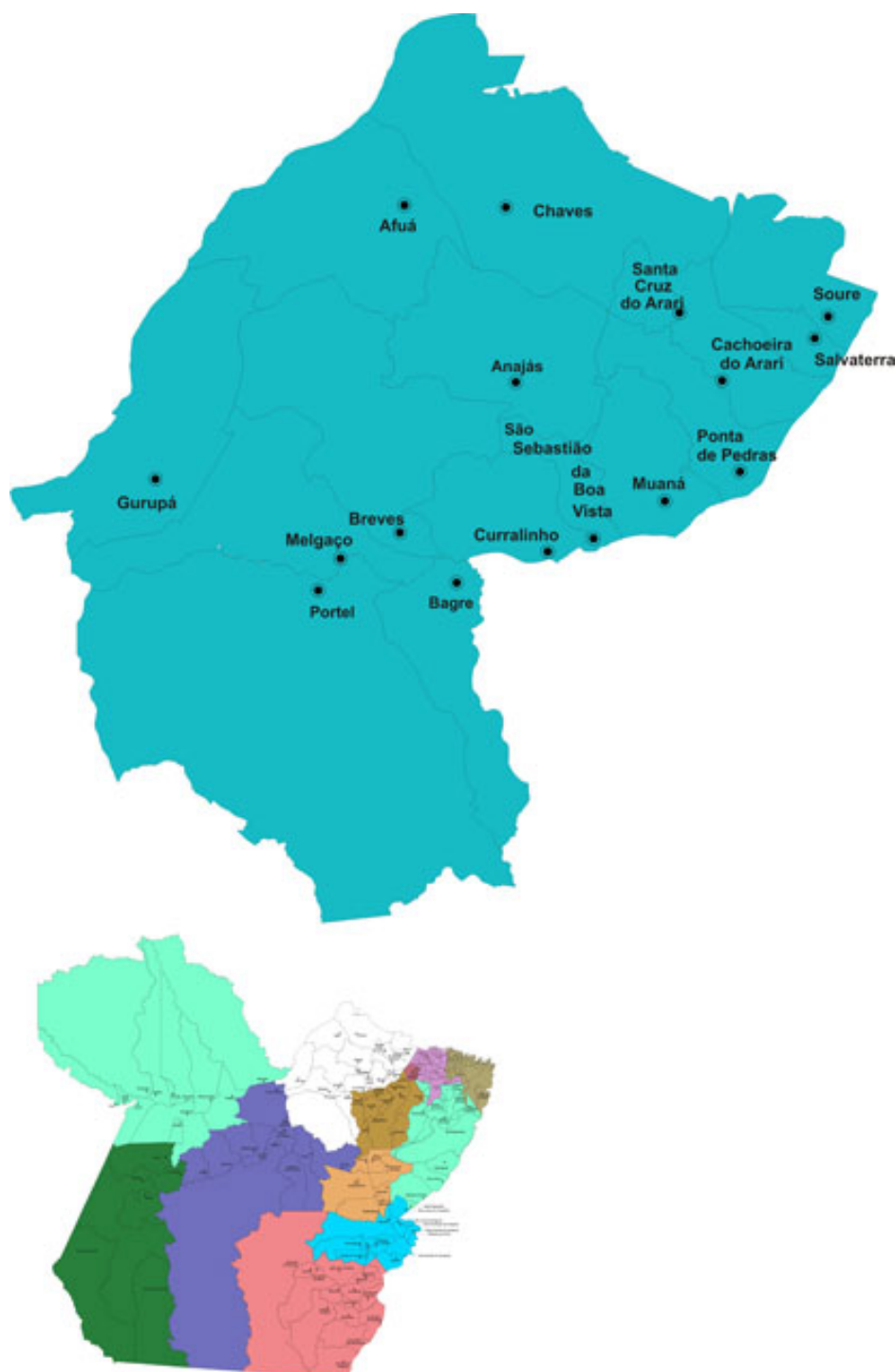


Fonte: www.seir.pa.gov.br

Campus XIII - Núcleo Universitário de Tucuruí

Região do Marajó – A UEPA está presente no Município de Salvaterra com os cursos de Matemática e Licenciatura em Ciências Naturais com habilitação em Física. As obras do prédio do campus de Salvaterra estão em fase de acabamento. Estudos estão sendo realizados para que o campus de Salvaterra tenha, em 2011, o curso de Tecnologia Agroindustrial com ênfase em alimentos.

Figura 12 – Mapa da Região do Marajó



Fonte: www.seir.pa.gov.br.

Campus XIX – Núcleo Universitário de Salvaterra

Como podemos identificar pela disposição geográfica do Estado do Pará, a atuação da Universidade do Estado do Pará se torna relevante para a promoção do desenvolvimento educacional das respectivas regiões em que a mesma se encontra

presente. Entendemos que o compromisso da UEPA é proporcionar mais do que ensino, consiste em atuar fortemente numa política de interiorização baseada nas prioridades das regiões de integração, que possa criar oportunidades para os jovens paraenses e, dessa forma, repercutir no desenvolvimento humano da região.

Nesse sentido, analisamos um dos projetos de EAD destinados à formação de professores no Curso de Licenciatura Plena em Matemática a Distância¹⁴ da Universidade do Estado do Pará, tendo como foco, o trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores-autores e professores-tutores das disciplinas do eixo de Fundamentação Pedagógica, tomando-se como referência os saberes, habilidades e competências adquiridas durante o processo de produção de material didático e acompanhamento das ações em EAD.

2.3.

Educação à distância: possibilidades no Estado do Pará

Em relação ao processo de inserção da modalidade à distância no ensino de graduação no Pará, destacamos a participação da *Universidad Nacional de Educación a Distancia* (UNED) da Espanha por sua influência em iniciativas de EAD no Brasil, especificamente por sua contribuição nas ações desenvolvidas em conjunto com a Universidade Federal do Pará e a Universidade do Estado do Pará com a realização de consultoria para implantação de ações de EAD no Estado do Pará nas referidas instituições no início da década de 1990, no qual tivemos o privilégio de participarmos como membro, do grupo de estudo para implantação das ações em EAD nas referidas instituições.

Nesse envolvimento implantamos e assumimos durante o período entre 2003 a 2006, a Coordenação do Núcleo de Educação Continuada e a Distância - NECAD no âmbito da Universidade do Estado do Pará.

Tais considerações em nosso entendimento devem favorecer a compreensão dos desafios da promoção, desenvolvimento e expansão da educação superior na região Norte e no próprio estado do Pará no âmbito de uma instituição pública de ensino superior tradicionalmente presencial, ao promover a formação de

¹⁴ É o primeiro curso de graduação ofertado na modalidade de EAD no âmbito da UEPA, sendo que suas vagas foram destinadas ao interior do Estado, nos seguintes municípios: Vigia de Nazaré, Conceição do Araguaia, Moju, Paragominas, Salvaterra e São Miguel do Guamá.

profissionais por meio da educação à distância, no caso, a Universidade do Estado do Pará.

O Estado do Pará se apresenta no cenário da Região Amazônica com enorme destaque de seu potencial para o desenvolvimento da região e do país, tal compreensão deve se partir, em nosso entendimento, do reconhecimento de que abrigamos no referido contexto, importantes províncias minerais do planeta com perspectiva de diversificação e industrialização, a maior reserva mundial de biodiversidade, acervo para a indústria farmacológica, a mais importante bacia hidrográfica da terra com amplo potencial energético, uma extensa área disponível de terra roxa, amplas possibilidades no campo da pecuária, e um fabuloso espectro de etnodiversidade multicultural.

Em que pese a existência desse manancial de recursos naturais e culturais não podemos esquecer que os indicadores sociais da Região e do Estado, em muitas dimensões pouco alentadores, impõem enormes desafios para o setor educacional.

Os indicadores sociais na região Norte e no Pará encontram-se, invariavelmente, abaixo da média nacional. Segundo a classificação do PNUD, nosso Estado está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8), mantendo posição muito abaixo da média do IDH geral em que pese o fato de, entre os anos 2002 e 2006, ter apresentado uma taxa de crescimento demográfico bem superior à média brasileira. Possui 26% de sua população residindo em áreas rurais, taxa bem mais elevada do que a média do país.

Dados do PNAD (2005) revelavam que o Pará apresentava um movimento semelhante ao de outros estados brasileiros no que se refere à cobertura dos diferentes níveis de ensino por grupo de idade. Enquanto a taxa de escolaridade da população entre sete e quatorze anos foi de 95%, os grupos de 5 a 6 anos e de 15 a 17 anos apresentaram taxas de 74 e 75% respectivamente; entre os jovens de 18 a 24 anos a frequência à escola é de 34%. Apresenta grande distorção idade-série já no primeiro ano do ensino fundamental e, na 8ª série do ensino fundamental em 2005 na rede estadual, essa distorção se apresentava em termos de 51,8%; são também expressivos os números relativos à quantidade de matrículas em escolas sem energia elétrica no estado; 28% de suas matrículas concentram-se em escolas rurais; a taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade

é de 24%; mais de cem mil pessoas com algum tipo de deficiência, em idade escolar, sem acesso à educação básica; o Pará apresenta a segunda menor taxa de escolarização líquida no ensino fundamental na região Norte, a segunda menor taxa de escolarização bruta no ensino médio da região, a pior taxa de escolarização líquida na região nesse nível de ensino e um dos maiores índices nacionais de abandono no Ensino Médio.

Em relação ao desempenho dos discentes do Estado do Pará, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática nas séries finais do Ensino Fundamental (4^a e 8^a) e série final do Ensino Médio, segundo os dados do SAEB (2005) não foram satisfatórios em relação aos demais estados da região Norte e do país.

Em Língua Portuguesa a média paraense foi superior a quase todos os estados que integram a região Nordeste, exceção ao caso de Sergipe que se manteve à frente do Pará. Além disso, embora o Amapá, Tocantins e Amazonas estivessem representados com índices inferiores, o Acre ampliou seu patamar, suplantando os dados alcançados pelo Pará. Tanto no início quanto ao final da série estatística, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, foram aquelas cujo desempenho exibiu valores mais satisfatórios, mantendo-se, inclusive, com indicadores superiores aos representados para o Brasil.

Em Matemática o desempenho foi apenas superior em relação ao Amapá entre os estados da região Norte. Vale ressaltar que o fraco desempenho dos discentes nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática no Estado do Pará também foram registrados nas instituições particulares.

Os dados relacionados ao Ensino Médio nos permitem inferir que:

- Em Língua Portuguesa o desempenho dos alunos do Pará caiu de 253,1 pontos, em 2001, para 248,7 pontos, em 2003, sendo o pior desempenho de todos os Estados brasileiros, considerando o tamanho dessa queda. Em números absolutos, o Pará perde na região Norte apenas para o Tocantins (235,2 pontos). A média nacional foi de 266,7 pontos e a média da região norte foi de 250,9 pontos. De 1995 a 2003 a queda de desempenho foi de 273,6 pontos para 248,7 pontos;

- Considerando a metodologia do SAEB acerca das competências na Língua Portuguesa, 53,1% dos alunos do 3^o ano do ensino médio no Pará estão classificados como estando em estado crítico ou muito crítico, o que significa que “não são bons leitores e, no máximo, lêem apenas textos narrativos e informativos simples”;

- Em Matemática o desempenho é semelhante, porém, ainda é mais satisfatório. A média nacional foi de 278,7 pontos, a da região Norte foi de 258 pontos e a do Pará foi de 257,4 pontos, registrando a queda de 1,9 pontos em relação ao período anterior (2001). De 1995 a 2003 a queda de desempenho foi de 261,9 para 257,4 pontos;

- Considerando a metodologia do SAEB acerca das competências em Matemática, 82,4% dos alunos do 3º ano do Ensino Médio no Pará estão classificados como estando em estado crítico ou muito crítico, o que significa que “têm, no máximo, habilidades elementares de interpretação de problemas e não conseguem transpor o que está sendo pedido no enunciado para uma linguagem matemática específica, estando muito aquém do exigido no Ensino Médio”.

Tanto em Português quanto em Matemática o desempenho das escolas públicas é pior que das escolas da rede privada (Português, 300 contra 240,9 pontos e Matemática, 313 contra 248,5 pontos);

- Dados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM/2005 relativizam a situação do Pará ao demonstrarem que os alunos do Estado fizeram, em média, 54,6 pontos contra 52,5 de região Norte e 55,9 do Brasil, na prova de redação. Ou seja, não se distanciaram muito da média nacional e ficaram em melhor situação se comparados com os outros Estados da região.

No que tange ao ensino superior ao analisarmos os dados do Censo da Educação Superior referente ao ano de 2006, identificamos que o conjunto das Instituições de Ensino Superior que atuavam no Estado do Pará ofereceu, em valores absolutos, 30.261 vagas por meio de seus processos seletivos, um crescimento de 83% em relação a 2002, quando foram ofertadas 16.517 vagas. No mesmo período, a demanda de candidatos inscritos se manteve relativamente estável, passando de 104.101 para 105.327. Contudo a relação candidato vaga teve uma redução significativa, passando de 6,3 para 3,5, fato determinado pelo aumento da oferta de vagas pelas instituições privadas, uma vez que as públicas tiveram um aumento de apenas 4% na oferta de vagas. Esses números indicam que, somente em 2006, 83.718 candidatos deixaram de ingressar no ensino superior, representando 79,5% do total de participantes dos diversos processos seletivos, por absoluta falta de capacidade operacional dessas instituições para absorvê-los.

Cabe ressaltar que das 22.120 vagas ofertadas pelas instituições privadas, somente 13.820 foram preenchidas, sobrando 8.300 vagas ociosas. Constatou-se aqui, uma das disfunções do Sistema que apesar da demanda continuar muito alta, as vagas ofertadas nos processos seletivos não são preenchidas integralmente.

Em 2006, as 26 instituições de ensino superior tinham 85.670 alunos matriculados em seus cursos de graduação presenciais, sendo que destes, 32.908 alunos estavam no interior do Estado, número que consideramos ainda inexpressivo frente às necessidades regionais. Como fator agravante, a população do Pará vem apresentando uma taxa média de crescimento anual acima de 2,5%, passando de 4.950.060 em 1991 para 7.110.465 em 2006, o que, em médio prazo, comprometerá ainda mais esses indicadores.

A expansão e a diversificação da oferta de cursos de graduação para os municípios do interior do Estado passa a ser uma prioridade na perspectiva da democratização e acesso ao ensino superior aos jovens paraenses, visando sem dúvida uma conquista significativa para o processo de fortalecimento e consolidação das instituições públicas na Amazônia.

Entendemos que a partir do esforço das instituições públicas para alcance das metas estabelecidas para referida expansão e diversificação de cursos, 38,4% dos alunos matriculados em cursos de graduação, eram no interior do Estado. Dos 463 cursos existentes em 2006, 281 estavam localizados em municípios do interior do Estado, representando 60,7% do total de cursos.

A taxa de sucesso das IES que integram o Sistema de Educação Superior do Estado é de 77,5%, se considerarmos que em 2002 ingressaram 15.771 alunos e em 2006, 12.227 concluíram seus cursos. Esta taxa estava bem acima da média nacional que era de 68%. Ressalta-se que os diplomados em cursos de graduação do interior do estado, representavam 41,4% do total de alunos concluintes.

Outro desafio a ser enfrentado diz respeito à necessidade da oferta de cursos de graduação no período noturno, principalmente no âmbito das instituições públicas que ainda concentram um número significativo de concluintes no período diurno, ocasionando dificuldades para permanência de discentes que já se encontram no mercado de trabalho, cuja concorrência no período noturno, se torna uma barreira a ser superada.

Tabela 1 – Número de Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais, por turno, 2006.

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais		
	Total	Diurno	Noturno
Pará	12.227	8.325	3.902
Pública	5.495	4.861	634
Federal	4.158	3.822	336
Estadual	1.337	1.039	298
Municipal	-	-	-
Privada	6.732	3.464	3.268
Particular	6.500	3.451	3.049
Comun/Confes/Filant	232	13	219

Fonte: MEC/INEP/DEAES - 2006.

Chama-nos atenção o desempenho equilibrado obtido pelas instituições privadas, no que diz respeito aos concluintes dos turnos diurno e noturno, como identificamos na tabela 1.

Em 2007, a Região Norte, segundo dados do Censo da Educação Superior¹⁵, contava com 303.984 discentes matriculados no primeiro semestre letivo (graduação, mestrado e doutorado) em instituições públicas, sendo que o Pará oferece o maior número de matrículas da região, pois totalizava 90.566 matrículas representando 29,7% das vagas ocupadas na região.

Ressaltamos que as instituições públicas continuam concentrando suas atividades na capital e apesar do enorme esforço de expansão de suas ações, em 2008 são as instituições privadas que oferecem maior opção de acesso ao ensino superior no interior do Estado do Pará, como podemos identificar na tabela 2.

Tabela 2 – Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2008.

Unidade da Federação/ Categoria Administrativa	Instituições
--	--------------

¹⁵ Consultar página do INEP: <http://www.inep.gov.br>

Pará	Total Geral			Universidades		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Pará	31	19	12	4	4	-
Pública	4	4	-	3	3	-
Federal	3	3	-	2	2	-
Estadual	1	1	-	1	1	-
Municipal	-	-	-	-	-	-
Privada	27	15	12	1	1	-
Particular	24	14	10	1	1	-
Comum/Confes/Filant	3	1	2	-	-	-

Fonte: MEC/INEP/DEED - 2008.

Tal situação aponta pelo menos duas alternativas para os concluintes do Ensino Médio: concorrem às vagas das instituições públicas na capital ou se submetem ao processo das instituições privadas no próprio município.

Ambas as situações acarretam grandes despesas aos candidatos seja no processo de seleção, seja durante a realização do curso, pois as despesas com transporte, hospedagem, alimentação e permanência nas instituições ocasionam muitas vezes a desistência em concorrem ao processo de seleção ou a evasão dos discentes.

Em relação ao número de vagas ofertadas, candidatos inscritos e ingresso na educação superior na Região Norte e no Estado do Pará temos a seguinte situação:

Tabela 3 - Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos, nos Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2008

Norte	Total Geral		
	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Ingressos
	156.582	452.242	91.387
Pública	29.185	263.967	27.427
Federal	20.159	153.665	19.037
Estadual	7.366	105.892	7.029
Municipal	1.660	4.410	1.361
Privada	127.397	188.275	63.960

Particular	112.616	173.245	56.354
Comum/Confes/Filant	14.781	15.030	7.606
Pará	44.281	145.804	26.751
Pública	10.072	82.777	9.216
Federal	6.883	53.623	6.146
Estadual	3.189	29.154	3.069
Municipal	-	-	-
Privada	34.209	63.027	17.536
Particular	32.266	61.603	16.641
Comum/Confes/Filant	1.943	1.424	895

Fonte: MEC/INEP/DEED – 2008.

De acordo com os dados da tabela 3, podemos identificar que o número de vagas ofertadas na Região Norte contribuiu com apenas 5,37% das vagas ofertadas, oferecendo demanda inferior em relação as demais regiões do país: Centro-Oeste (10,11%), Sul (13,38%), Nordeste (14,7%) e Sudeste (56,44%).

No que diz respeito ao ingresso de candidatos no ensino superior da Região, os dados alcançam apenas 6% de vagas ocupadas, sendo superadas também em relação às demais regiões do país. Chamamos atenção que as vagas preenchidas atinjam pouco mais de 58% das vagas ofertadas, apesar do número de inscritos representarem uma superação de quase 289% em relação às mesmas.

Em relação ao índice de desempenho do estado do Pará em relação ao número de vagas ofertadas para a Região Norte, identificamos que o mesmo se aproxima dos 29%, obtendo desempenho superior em relação aos estados de Roraima (3,55%), Acre (5%), Amapá (7,5%), Tocantins (9,14%) e Rondônia (13,32%) sendo apenas superado pelo Amazonas (33%). Ao incluirmos os demais estados que compõem a Amazônia Legal temos os seguintes índices: Maranhão (8%) em relação às vagas ofertadas na Região Nordeste e Mato Grosso (16,40) em relação às vagas na Região Centro-Oeste.

Como frisamos anteriormente são preocupantes os índices em relação às vagas ociosas que são originárias após as matrículas dos candidatos aprovados nos respectivos processos de seleção, destinados ao acesso no ensino superior dos Estados que compõem a Amazônia Legal, pois identificamos a seguinte situação: Tocantins (37,05%), Acre (39,76%), Amazonas (41,4%), Pará (42%), Rondônia

(44,27%), Mato Grosso (44,37%), Maranhão (45,55%), Amapá (61,62%). Apenas Roraima apresenta melhor índice (22,5%).

Tal situação nos aponta o desafio a ser superado pelas instituições públicas de ensino superior em pelo menos se aproximar, ou melhor, diminuir o evidente distanciamento existente em relação ao percentual de vagas ocupadas pelas instituições particulares (65%) que detinham na referida avaliação.

Ao analisarmos os dados específicos ao acesso de discentes aos cursos de formação de professores de Matemática, em 2008 no Brasil, segundo os dados do INEP, encontramos a seguinte situação: foram ofertadas 35.048 vagas, com 43.897 candidatos concorrentes, no entanto apenas 14.731 vagas foram ocupadas, ou seja, apenas 42% das vagas foram preenchidas, consideramos que há necessidade de uma reavaliação sobre o processo de seleção de candidatos em nosso país, visando diminuir o percentual elevado de vagas ociosas (58%) principalmente nas instituições públicas, pois no caso das universidades, os dados apontam em uma média de 50% de vagas ociosas.

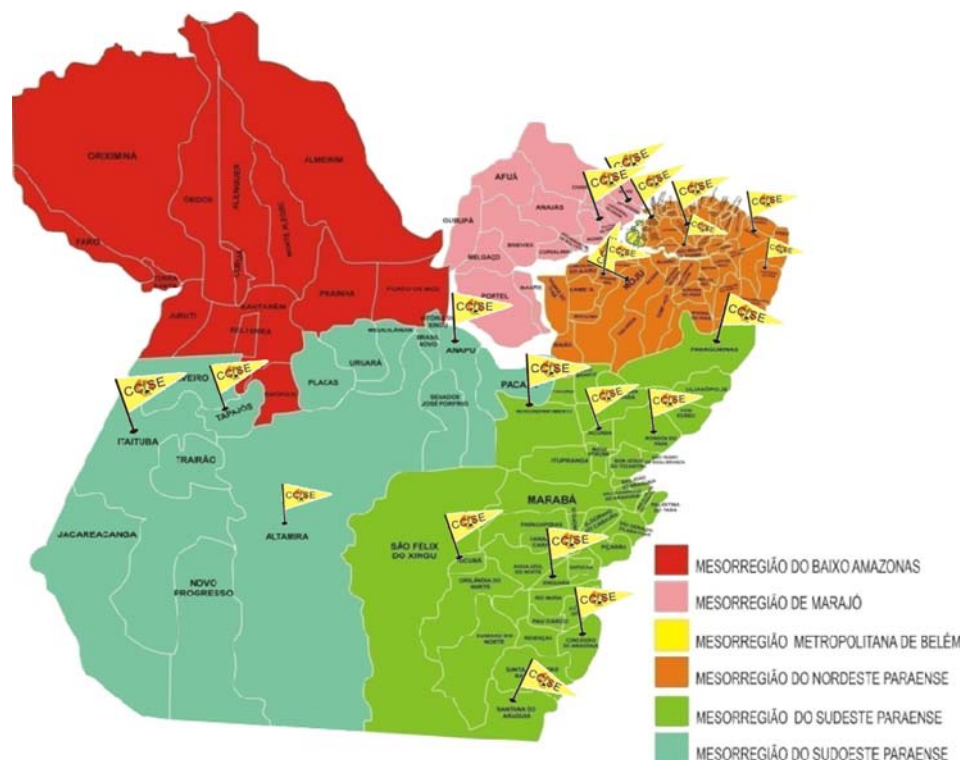
Consideramos que em termos de desenvolvimento regional, a permanência constante de tal quadro afetará significativamente o processo de qualificação de profissionais para o contexto educacional, assim como o exercício das instituições de ensino superior na região e no Pará.

Acreditamos que a iniciativa das instituições que compõem o Consórcio Regional CampusNet Amazônia, começa a modificar esta situação, com a oferta de cursos de graduação por meio da educação a distância, como uma estratégia de expansão de suas ações nos respectivos estados e de democratização de acesso ao ensino superior. Por outro lado representa em nossa opinião, uma estratégia coletiva de enfrentamento das dificuldades que a região apresenta para a expansão do ensino superior de forma presencial e a percepção dos dirigentes das respectivas instituições de ensino superior da Amazônia Legal em inserir a educação a distância no processo de formação de profissionais.

Cabe destacar a iniciativa da Universidade do Estado do Pará, na oferta do Curso de Matemática na referida modalidade, como uma ação estratégica visando ampliar suas atividades na formação de profissionais da educação, enquanto instituição superior comprometida com o desenvolvimento da região e do Estado do Pará.

O mapa a seguir apresenta a abrangência do Curso de Matemática no Estado do Pará, envolvendo a formação de licenciados plenos em Matemática de forma presencial e a distância, com ação em mesorregiões estratégicas do Estado do Pará.

Figura 13 – Abrangência do Curso de Matemática/UEPA



Fonte: Coordenação do Curso/ 2009.

Diante de tais características da realidade educacional do Estado do Pará em relação ao ensino superior, compreendemos que seja pertinente a iniciativa da Universidade do Estado do Pará em promover a inserção da Educação à Distância na formação de professores, especificamente com a oferta do Curso de Matemática a Distância, inicialmente com as ações propostas no Pró-Licenciatura – Fase I, posteriormente com a expansão de sua oferta, como parte integrante das atividades da Universidade Aberta do Brasil – UAB e por último com recursos próprios da Universidade do Estado do Pará, com apoio do Governo do Estado do Pará, para possibilitar a expansão do ensino de graduação.